

Capacitar para desenvolver “uma experiência setorial local”

ALCIMAR DAS CHAGAS RIBEIRO (UENF)
JOSE ARICA (UENF)

ISSN 1518-4382

REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Alcimar Chagas; ARICA, Jose. Capacitar para desenvolver “uma experiência setorial local”In: EGEPE – ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS. 4. 2005, Curitiba, **Anais...** Curitiba, 2005, p. 1259-1266.

Resumo

O presente trabalho relata a experiência de implantação de um programa de capacitação para o desenvolvimento econômico sustentado no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro. Seguindo o fundamento que indica a inexistência de competências inerentes a um adequado ambiente em regiões de perfil periférico, a presente contribuição consiste no desenvolvimento e na aplicação de uma metodologia de gestão participativa, orientada para o setor de pesca artesanal. Como resultado desse esforço, espera-se que haja mudanças importantes nas práticas tradicionais de trabalho. A combinação do conhecimento formal com o conhecimento informal e o conseqüente aprendizado gerado possibilitará a inclusão dos atores sociais, com reflexo na geração de riqueza local. Essa experiência de característica “piloto” está estruturada sobre os seguintes pilares fundamentais: (i) interação entre a sociedade local, atividade produtiva e centros de conhecimentos; (ii) interação entre o saber formal e o saber informal; (iii) valorização das vantagens absolutas e comparativas; (iv) formulação das demandas potenciais oriundas dos atores envolvidos; (v) incubação de projetos pilotos; e (vi) transferência de tecnologias disponíveis.

1. INTRODUÇÃO

Três importantes vertentes sobre a formação de riqueza no pós-guerra fundamentam o escopo teórico dessa proposta. As teorias neoclássicas (SOLOW 1956) e endógenas (ROMER 1990) do crescimento econômico e, mais recentemente, os modelos de “distritos industriais” empregados pelo noroeste, centro e nordeste italiano (GURISSATI 1999).

No que diz respeito aos postulados das estruturas teóricas neoclássicas e endógenas do crescimento econômico (homogeneidade entre países, ambiente sócio cultural favorável, perfeita flexibilidade de preços de fatores e salários, mercados concorrenciais, capacidade de P&D, perfeita informação e capital maleável, etc.), pode-se dizer que os mesmos não afetaram positivamente as economias de perfil periférico. Essa afirmativa pode ser confirmada pela trajetória de crescimento econômico alcançada por essas regiões (CEPAL 2000).

Já os modelos alternativos de desenvolvimento local, definido como “distritos industriais”, surgiram no início dos anos setenta totalmente amparados no sistema de produção flexível, produção dispersa e pequenas empresas (COCCO 1999; RIBEIRO 2002). Cocco (op. cit.), considera que esses modelos podem melhor responder as necessidades das estruturas industriais de regiões com dificuldade de crescimento, por apresentar as seguintes características: i) tratamento da questão

desenvolvimento econômico no contexto local e, ii) estrutura baseada em sistemas industriais integrados a exemplo do norte da Itália, regiões da Alemanha e França.

Esses modelos, por suas características particulares, muitas vezes são propostos para melhoria do processo de inclusão em regiões com dificuldade de crescimento, já que esse novo paradigma de organização flexível contempla as pequenas empresas e permite melhoria no nível de emprego e renda, como vem ocorrendo em diversas regiões da Europa.

Entretanto, conforme indica Cocco (1999), é improvável a importação plena de arranjos produtivos do tipo “distrito industrial”, em função de sua estrutura de base construída a partir da história, geografia e cultura regional. Todavia, segundo o autor, existem três elementos associados ao conceito de “distrito industrial” que são universais e, portanto, possíveis de transferência para implementação de políticas públicas em países ou regiões com baixo nível de crescimento, como no caso do Brasil. Esses elementos dizem respeito a idéia de produção e território, onde a produção é integrada pelo território e não pela grande empresa; a idéia de produção e cidadania, onde se caracteriza a afirmação de uma cidadania que se torna imediatamente produtiva e, finalmente, a idéia do empresário político ou coletivo, representada na ação dos “brokers” – empresários que assumem a tarefa de representar externamente a capacidade produtiva do distrito, identificando as oportunidades disponíveis e recolhendo as demandas para o posterior atendimento.

Esses elementos motivaram a iniciativa de criação de uma metodologia de gestão participativa como alicerce de capacitação para o setor de pesca marítima no litoral fluminense, mais especificamente, no município de São João da Barra - Região Norte Fluminense-RJ.

2. CARACTERIZAÇÃO LOCAL (O AMBIENTE HOSPEDEIRO)

O Município de São João da Barra iniciou o seu processo de colonização em 1622, quando um grupo de pescadores vindo de Cabo Frio-RJ, ali encontrou um ambiente propício para o desenvolvimento da atividade pesqueira. Segundo Oscar (1999) e Sá (1999), após os estágios de povoação e vila, o atual município foi elevado à categoria de cidade em 17/06/1850. Conforme Oscar (1999), São João da Barra é a única cidade fluminense fundada, exclusivamente, por pescadores e está situada no delta do rio Paraíba do Sul.

A economia do Município, inicialmente, se estruturou com base na pecuária e pesca. Posteriormente, vivenciou um importante ciclo da navegação que se iniciou nos meados do século XVIII, entrando em decadência a partir da última década do século XIX, em função da concorrência do ramal ferroviário, Aquino (1999).

Atualmente, a economia do Município está fundamentada em torno das indústrias açucareira, bebidas e fios para tecelagem, além de outras atividades como: agricultura, pesca, turismo e comércio.

A indústria pesqueira marítima local conta com 1.500 pescadores e um estoque de embarcações, de porte médio, em torno de 300 unidades. A estrutura naval ativa é composta por 5 estaleiros que operam artesanalmente. Destes, um desenvolve somente a atividade de reparo, enquanto os outros quatro dirigem as suas atividades para a construção de embarcações.

Conforme pode ser verificado no quadro 1a seguir, os indicadores sobre desembarque marítimo em tonelada no período de 1997 a 2003 ratificam a necessidade de algum tipo de intervenção.

Espécie	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Perua	2.768,1	4.895,0	5.013,0	2.390,0	2.040,1	691,5	80,3
Camarão	656,1	931,1	252,2	82,0	86,7	68,7	18,4
Palombeta	571,5	794,1	20,0	104,6	107,0	72,7	11,6
Anchova	458,0	637,6	83,0	118,8	122,2	82,1	19,1
Corvina	337,8	879,7	105,2	138,6	143,4	137,3	78,8
Cação	347,9	1.056,9	392,6	171,7	178,2	121,3	23,7
Manjuba	160,8	122,0	34,8	27,2	31,2	14,2	0,0
Pescadinha	130,3	246,1	89,4	38,6	41,6	36,8	11,8
Sarda	104,9	127,1	121,6	69,9	74,6	37,3	2,3
Mistura	72,5	140,8	50,8	23,1	26,4	11,5	0,0
Marlin	26,5	168,3	10,8	5,9	22,9	10,7	0,0
Bonito serra	60,1	67,2	111,0	118,4	126,5	63,5	1,4
Outros	928,3	794,0	283,3	292,0	520,0	185,0	27,2
Total	6.622,8	10.859,9	6.567,7	3.580,8	3.520,8	1.532,6	274,6

Fonte: Secretaria municipal de pesca
Sistematizado por: Alcimar das Chagas Ribeiro

3. O PROCESSO METODOLÓGICO DE CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A metodologia de capacitação proposta neste trabalho representa uma adaptação dos principais conceitos da metodologia PESQUISA-AÇÃO (THIOLLENT, 2002), cujo autor define como uma pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, condição em que os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Segundo considerações do autor, os principais aspectos intrínsecos à pesquisa-ação são de que: (a) *há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;* (b) *desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação correta;* (c) *o objeto da situação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;* (d) *o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver, ou pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;* (e) *há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;* (f) *a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.*

Conforme pode-se observar, o pressuposto de um tecido social num grau de evolução melhorado torna-se uma exigência para que a implementação da metodologia ocorra com garantia de resultados plausíveis.

A experiência vivenciada pelo processo de criação da metodologia de capacitação para o desenvolvimento local em ambientes periféricos, mostrou que nessas regiões, dificilmente, encontrar-se-á um tecido social adequado a absorção plena de uma metodologia com as características da pesquisa-ação. Esta constatação dirigiu a estratégia para a “moldagem” dos principais elementos da metodologia-ação, de forma que alguns resultados pudessem ser alcançados.

A partida foi dada, em seu primeiro passo, pelo Laboratório de Engenharia de Produção da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, seguindo um postulado da teoria do desenvolvimento econômico regional de que a criação de uma nova firma é fundamental para o pensamento corrente acerca do bem estar local e regional. Entretanto, tal fato depende de um meio ambiente favorável estruturado em rede de empreendedores, firmas correlatas, fornecedores de capital, meios de informação o que, normalmente, é possibilitado a regiões próximas a universidades. Nesse caso há ocorrência de importante integração entre empresas e pesquisadores de maneira que projetos colaborativos são disponibilizados (Coffey e Polese, 1984 e 1985).

O segundo passo da metodologia consistiu da implementação de ações dirigidas para inserir o programa na sociedade organizada, prioritariamente, a não governamental, já que historicamente o poder público constituído, nessas regiões, normalmente não responde a iniciativas dessa natureza. Aí reside a crítica à arquitetura pensada para implementação da metodologia DLIS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável), no que diz respeito ao papel da prefeitura no processo de mobilização da sociedade para estimular o fórum local de desenvolvimento municipal, segundo a agenda definida. Estrategicamente, o interesse do poder constituído normalmente prende-se a ações com maior impacto imediato (quicá por interesses eleitorais), postura esta que provoca um hiato entre o conhecimento disponível na sociedade e as ações políticas de cunho governamental.

Operacionalmente, esse processo de interação teve início com uma reunião formal onde os formuladores da idéia convocaram, oficialmente, as instituições locais para participar-lhes sobre as linhas básicas do programa e a atividade de operação. O objetivo foi cooptar as instituições como parceiras do programa, seguindo um importante elemento do formato de organização produtiva dos “Distritos Industriais” da Itália (RIBEIRO, 2002). Esta visão é estratégica, já que as instituições locais ratificadas como parceiras de um programa dessa natureza tem como papel fundamental à sustentação das ações que fortalecem, socialmente, o programa.

Metodologicamente, esse caminho foi interessante, pois evitou um desnecessário processo conflitual inerente a outras metodologias. A argumentação que valida essa afirmativa passa pelo reconhecimento de que o perfil dos representantes de instituições nesses ambientes é muito heterogêneo, além de existir diversos interesses corporativos que quase sempre inviabilizam projetos ainda em seu início. O sucesso dessa etapa, já que a aprovação da iniciativa foi consensual, deveu-se à figura da universidade como uma instituição sem vinculação política partidária, detentora de conhecimento, detentora de credibilidade perante a sociedade local e, sobretudo, pela presença no processo de coordenação. Este item possibilitou um importante aprendizado que corrobora com a crítica precedente a formulação e implementação de programas, projetos ou planos de ação por atores desconectados na realidade local.

Conclui-se, portanto, que é fundamental que a coordenação de trabalhos dessa natureza seja dirigido por pessoas que conheçam a realidade presente e, fundamentalmente, que tenham fácil acesso às diversas instituições locais, além de credibilidade e respeito perante a sociedade local.

A garantia de parceria acertada entre as instituições possibilitou o planejamento do terceiro passo da metodologia materializada nas ações definidas como “encontro de campo”. Estas ações foram planejadas e implementadas a partir da constituição de grupos representantes das instituições que receberam treinamento para proceder à abordagem aos grupos de interessados (pescadores e marisqueiras). O grupo dos representantes das instituições foi denominado de “grupo móvel” porque a cada ação reuniam-se, segundo disponibilidade de cada um, para receber a coordenação de um pesquisador.

A pesquisa posta em prática, seguida às abordagens junto aos interessados, objetivou o levantamento sistemático da situação real da atividade, a identificação dos problemas mais importantes e, consecutivamente, a indicação das soluções factíveis vista pelos interessados. O processo descritivo construído gerou um conjunto de relatórios informativos que possibilitou aos representantes das instituições parceiras e aos pesquisadores avançar em termos de conhecimento sobre a atividade local. Este processo representou uma grande troca de experiências e, naturalmente, pode dar início a um processo de construção do aprendizado coletivo, o qual terá muita utilidade para um dos objetivos do programa, que é a substituição de práticas tradicionais e improdutivas por práticas modernas e mais eficientes.

O quarto passo considerado na metodologia consistiu na seleção de demandas oriundas dos encontros de campo, as quais foram ratificadas pelos interessados em consenso. Essas demandas, posteriormente, passaram a receber avaliações de cunho técnico e econômico de forma que fossem validadas ou negadas, segundo critérios técnicos.

Na questão relativa ao tema, as demandas constituídas foram denominadas de oficinas, cujo tratamento equivale ao tratamento em incubadoras convencionais. A existência do interessado origina um espaço próprio onde se combina o conhecimento prático com o conhecimento científico, dando início a um plano de apoio ao longo de toda cadeia de valor (desenvolvimento do produto, aquisição de insumos, processamento industrial, marketing, comercialização, logística de distribuição, gestão financeira, etc.), até o ponto em que o interessado adquire condições de desenvolver o seu próprio negócio com autonomia. O princípio considerado no programa é de que a taxa de criação de novos e pequenos negócios é importante e que esses negócios devem trabalhar de forma cooperada, onde cada firma concorre entre si e ao mesmo tempo em que praticam reciprocidade.

O quinto passo consistiu na articulação da coordenação do programa com instituições diversas, visando facilitar a captação dos recursos necessários ao desenvolvimento desses projetos. Nesse aspecto, a sustentação possibilitada pelo grupo de instituições parceiras do programa representa um poderoso instrumento materializador da seriedade nas ações implementadas. Esta é uma alternativa a uma outra opção em que o poder público local disponibiliza recursos a determinado projeto, porém os resultados normalmente não são compatíveis, caracterizando o pior dilema em regiões periféricas que é o desperdício de recursos escassos.

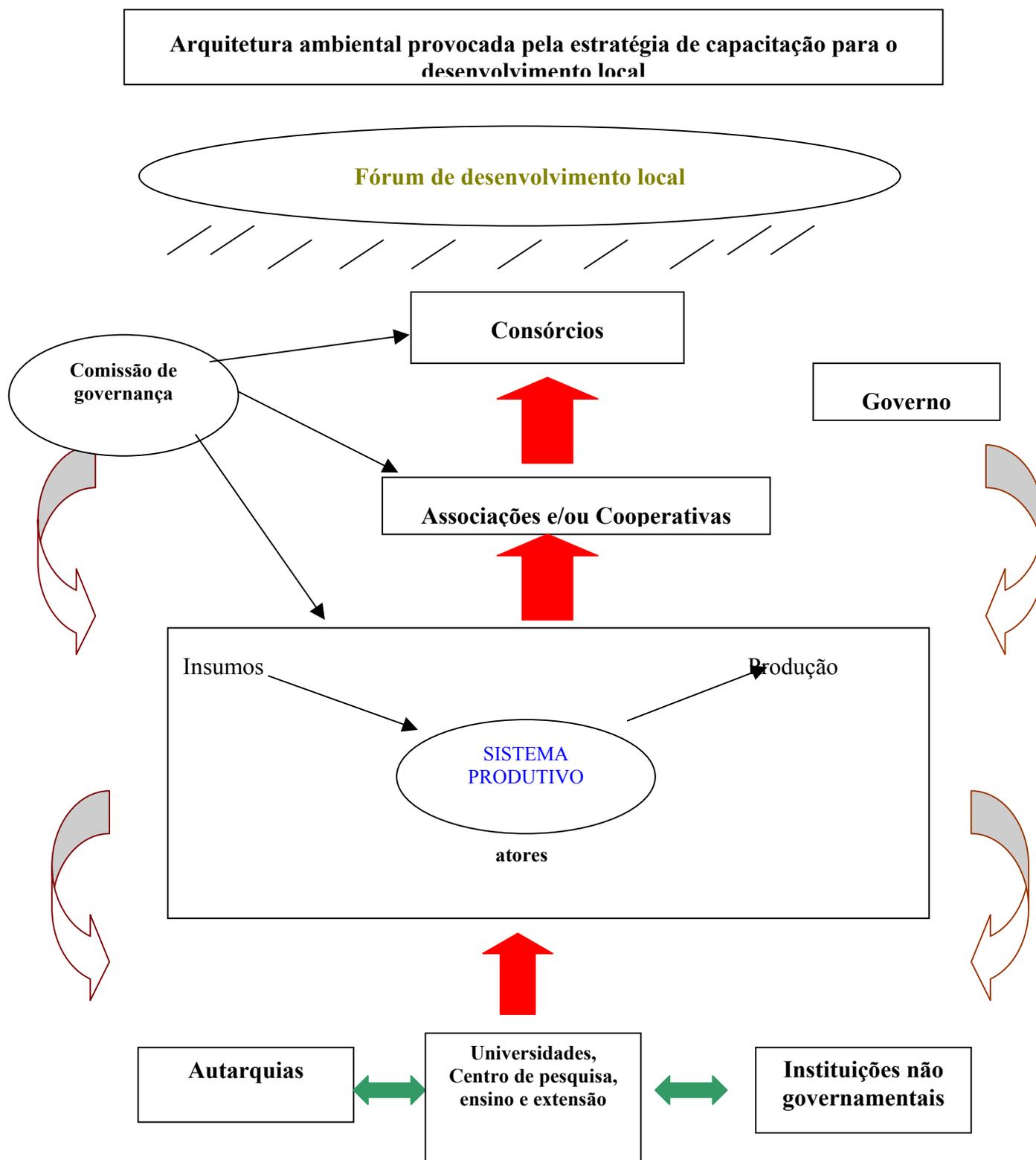
O sexto passo, ainda em planejamento, diz respeito à execução dos projetos contemplados com recursos financeiros e, conseqüentemente, a disseminação dos conhecimentos produzidos. Nesse ponto se fará necessário à definição de uma arquitetura de governança, onde as instituições participantes e atores interessados decidirão por um consórcio gestor das ações operacionais de fortalecimento do ambiente microeconômico.

Nesse estágio, dar-se-á início ao processo de formação para o desenvolvimento empresarial e institucional que consiste, inicialmente, na promoção de encontros para avaliação e qualificação. Posteriormente, as ações serão dirigidas para o planejamento de política de aglomeração onde se buscará identificar as vantagens comparativas e o conseqüente planejamento das cadeias produtivas visando facilitar a criação de linha de ação das empresas associativas, individuais, clássicas, instituições e entidades em direção à obtenção de vantagens competitivas.

O sétimo passo, representa um estágio de fundamental importância onde ocorrerá um contínuo processo de transferência de tecnologias específicas, já que o processo competitivo exige a reprodução quantitativa e qualitativa dos fatores de produção de maneira que o desenvolvimento se verifique de forma auto-sustentável. Essa fase se compõe de diversos eventos destinados aos seguintes escopos:

- (i) Contribuir para o planejamento e gestão participativa local, buscando uma ação integrada dos programas institucionais e setoriais a partir da elaboração de um plano estratégico para o desenvolvimento local.
- (ii) Reforçar a instrumentalização em técnicas e conhecimentos específicos nos diversos setores da vida das organizações, como produção, comercialização, elaboração de propostas de crédito, gerenciamento, controles, informatização, etc.
- (iii) Consolidar os projetos, assim como a integração interempresarial, o estabelecimento de alianças estratégicas e a formação de complexos econômicos locais, através de oficinas, jornadas, cursos, seminários, encontros e treinamentos que facilitem a consecução desses escopos.

A figura a seguir ilustra a arquitetura ambiental provocada pela estratégia de capacitação para o desenvolvimento local. A estrutura se desenvolve em função dos passos inseridos na metodologia proposta, segundo os condicionantes do tecido social da região.



4. RESULTADOS PRELIMINARES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa ainda não foi concluído, porém alguns significativos resultados podem ser identificados. A celebração do convênio com o poder executivo local por indicação do mesmo possibilitou a doação de uma área para construção de uma planta piloto de piscicultura.

Posteriormente, a aprovação do mesmo projeto de piscicultura integrada junto a Petrobrás, por ocasião do edital Fome Zero, representou um aporte financeiro de R\$200.000,00 para construção de laboratórios e equipamentos na consolidação da mesma planta. Entretanto, fundamental foi a consolidação do apoio irrestrito da sociedade privada local. Este fundamento tem representado o sustentáculo político responsável pelo avanço do programa, já que o mesmo não contava com nenhum aporte financeiro, a não ser os recursos materiais e pessoal da universidade. As parcerias firmadas em função do eficiente processo de capacitação e sensibilização foram cruciais na sua evolução. No médio prazo serão edificados os laboratórios responsáveis para a consolidação da unidade piloto, de forma que se inicie a fase de transferência de conhecimentos necessários para a indução à criação de novos negócios, emprego e renda e o conseqüente processo de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- CEPAL, **Panorama Social da América Latina – 1999-2000**. Santiago do Chile, agosto de 2000).
- CIDE, **Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro**, 2003.
- COOCO, G. et. al.: “**Empresários e empregos nos novos territórios produtivos – o caso da Itália**. Coleção espaços do desenvolvimento, 1999.
- GURISSATTI, P. O Nordeste Italiano: nascimento de um novo modelo de organização industrial. In: Cocco et al. (orgs.) **Novos Territórios Produtivos e Políticas Públicas: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DPA Editora, 1999.
- JORNAL SÃO JOÃO DA BARRA, nº 46, 47, 48 e 49 – setembro a dezembro de 1999.
- RIBEIRO, A. C. “**Estratégia para capacitar espaços marginais na organização de sistemas produtivos em rede de pequenas firmas**: Tese de doutorado – UENF – LEPROD, 2002.
- ROMER, P. M., Endogenous Technological Change. **Journal of Political Economy**, (1990. vol. 98, nº. 5, pt. 2).
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA: diversos relatórios de desembarque.
- SOLOW, R. "A contribution to the theory of economic growth". **The Quarterly Journal of Economics**, p. 65-94., 1956.
- STABER, U. and MORRISON, C. “**The Empirical Foundations of Industrial District Theory**”. (<http://www.utoronto.ca/ism/documents/staber.pdf>).
- THIOLLENT, M., **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez editora, 2002.